

Forças Armadas temem represália

ZENAIDE AZEREDO

Os ministros militares estão se preparando para tentar manter no texto da Nova Carta a proposta do relator Bernardo Cabral sobre o papel constitucional das Forças Armadas no País. Segundo a proposta, os militares podem intervir para manter a lei e a ordem interna desde que convocados para isso pelo Poder Executivo, como na atual Constituição. Nos meios militares, há temor de que a esquerda tente derrotar a proposta em represália contra a vitória do presidencialismo, na terça-feira.

Os militares receiam ainda que a esquerda se mobilize para atingi-los em um ponto de honra, sobretudo para a Marinha. O alvo seria uma proposta de anistia aos quase mil marinheiros cassados em 1964, que conta com apoio até mesmo da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e do deputado Geraldo Campos (PMDB-DF).

A parte a preocupação militar com a reversão de seu papel constitucional, existe também a inquietação com o que possa acontecer com o mandato do presidente Sarney. Uma tática de alguns congressistas, identificada por um general de quatro estrelas, tem o objetivo de mobilizar a Constituinte em favor dos quatro anos para Sarney. A estratégia teria sido iniciada na quinta-feira, com a veiculação de rumores sobre a possibilidade de um golpe militar, que seria desfechado em caso de a Constituinte aprovar o mandato de quatro anos para o presidente.

Para o militar, membro de Alto Comando, os parlamentares quatro-anistas pretendem tocar os "brios" de outros congressistas, alegando que sua independência estaria em jogo pois os militares estariam dando o voto pelos cinco anos. Daí a possível reação dos constituintes em favor do mandato de quatro anos, segundo temem os militares.

"RASTRO DE ONÇA"

Como admitiu um oficial, os militares usaram de uma de suas especialidades, a tática e a estratégia,



Aleazar Monteiro - 18/7/87
Sandra Cavalcanti

para conseguir que a Constituinte votasse o mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República e o presidencialismo. Foi o que, na linguagem militar, é chamado de "rastros de onça": eles ameaçaram com a hipótese de uma crise e eventual intervenção para conseguirem seus objetivos. O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, sabe que os políticos temem o golpe. Mesmo assim, exerce pressão baseado na força de sua Arma, mesmo não tendo intenção de concretizar a ameaça, pois não teria o apoio da Marinha, nem da Aeronáutica, afirma essa fonte militar.

A posição em favor do mandato de cinco anos para o presidente Sarney não pode, porém, ser tomada como regra geral dentro do Exército. Segundo um general, setores da Força acreditam que o tempo é curto para que se realizem eleições ainda este ano, pois a legislação ordinária seria prejudicada e o País fatalmente pararia por causa das eleições. Quem garantiria, porém, como perguntou esse militar, que não haverá perturbação da ordem caso a Constituinte aprove o mandato de cinco anos para Sarney? Em sua avaliação, é muito provável que ocorram manifestações de descontentamento devido à baixa popularidade do presidente. Prevalece então a posição dos ministros militares, que têm ligação de lealdade com o governo.

Mas tudo tem seu preço. Essa lealdade vai ser cobrada e já se começa a ouvir nos gabinetes de generais, brigadeiros e almirantes esta recomendação: "É preciso agora que o presidente comece a governar". Para os militares, isso quer dizer colocar o País em desenvolvimento, atacando o déficit público com o bloqueio de projetos grandiosos como a Ferrovia Norte-Sul e a punição dos culpados por crimes de colarinho branco.

Outro ponto que não tem alcançado consenso entre os militares diz respeito à grande ênfase que vem sendo dada por Sarney ao apoio recebido da área militar. Há quem comece a confundir essa atitude, manifestada em elogios por parte do presidente, com a ação histórica das "vivandeiras de quartel".

INTERVENÇÃO

Outra fonte militar, apesar de negar a preparação de um golpe no caso de aprovação de quatro anos, admitiu que, na hipótese de desordem e caos, as Forças Armadas intervirão para preservar as instituições, a lei e a ordem. Esse militar, de quatro estrelas, definiu a diferença entre golpe, no estilo clássico, e intervenção militar para manter a lei e a ordem como "uma tênue linha": há poucas diferenças entre as hipóteses. Observou, porém, que, quanto à garantia das instituições, está implícita na função constitucional das Forças Armadas defender igualmente o Congresso nacional de eventual ação arbitrária e autoritária do presidente da República.

Brasília — Agência Estado



Júlio Fernandes - 26/8/87

Sarney sabe que pode contar com os militares na luta pela aprovação do mandato de 5 anos

Aparições em Brasília

AUGUSTO NUNES

Diz o repórter Ricardo Noblat, em sua coluna no *Jornal do Brasil*, que os ministros militares andaram um tanto irrequietos nos dias que precederam a votação do sistema de governo pela Constituinte. Irrequietos e cheios de idéias, todas destinadas a recolocar o Brasil nos trilhos caso os deputados e senadores resolvessem instituir o regime parlamentarista e convocar eleições presidenciais diretas ainda neste ano. Numa das hipóteses examinadas — uma hipótese especialmente ousada —, os ministros formariam uma Junta Militar que, durante exatos 120 dias, reinaria sobre o Brasil.

Nem mais, nem menos: 120 dias bastariam, segundo os pais da idéia (e da Pátria), para a adoção do que batizaram de "medidas econômicas amargas" — e, claro, para infundir juízo nos sempre impatrióticos civis. Como Ricardo Noblat é um jornalista sério e bem-informado, não há por que duvidar das informações por ele divulgadas. Mas convém contemplar o cenário imaginado pelos chefes das Forças Armadas de dois ângulos diferentes. É possível perscrutá-lo de algum mirante da Ilha da Fantasia que também atende pelo nome de Brasília. Também vale a pena, contudo, colocá-lo sob as lentes do Brasil real.

Em Brasília é sempre mais fácil ter visões desse gênero. Aparentemente, o clima seco do Planalto

Central mexe com a cabeça das pessoas, e torna qualquer fantasia verossímil. Não é improvável, assim, que num dia qualquer algum constituinte declare ter testemunhado — sem ser contestado por seus pares — a aparição no plenário de uma versão brasileira do coronel espanhol Tejero Molina e seu inesquecível chapéu tricorne, ordenando de trabuco na mão o prosseguimento do processo de transição. Será sempre um bom pretexto para que constituintes de espinha mais flexível mudem prontamente de posição, acendendo aos sinais supostamente vindos dos quartéis.

Ultimamente, como sugere a sangria operada nos cofres federais, esse tipo de aparição fantasmagórica vem sempre acompanhado de prendas mais facilmente tangíveis (afinal, como ensinou o franciscano dissidente Roberto Cardoso Alves, é dando que se recebe). Mas é sempre mais confortável a um constituinte dizer lá em casa que, embora tenha recebido para dar, a brusca mudança de idéia deveu-se à necessidade de pensar na Pátria estremeçada e ameaçada por carrancas militares. Contar a história da Junta é melhor que confessar ter passado, por exemplo, pelo gabinete do ministro da Habitação.

Como fantasias são infensas a perguntas singelas, os autores do plano não tiveram de cortar o que fariam, afinal, nesses 120 dias. Que medidas econômicas amargas viriam? A supressão, por decreto, dos brasileiros que ganham menos de

três salários mínimos? A incorporação da Colômbia, com a anexação dos dólares do narcotráfico? Ou o confisco do dinheiro das extorsões praticadas pelo ministro Aníbal Teixeira? Não deixaria de ser um bom começo de conversa.

Como governar não se resume ao enquadramento de economias degradingoladas, é razoável supor que outras idéias imaginosas se materializariam também em outros campos do poder. A julgar pelo currículo dos integrantes da Junta, não parece exagerado acreditar que, 120 dias depois do advento da nova era, teríamos mais três centrais nucleares, uma "ferrovia dos quatro meses", meia dúzia de hidrelétricas, uma rodovia em plena selva, alguma ponte sobre um braço do mar. E mais tarde descobriríamos que, nesses 120 dias, nós fomos felizes sem saber. Felizes em Brasília.

Aos olhos do Brasil real, repleto de quarentões que nunca votaram para presidente, a história da Junta Militar foi apenas um blefe que deu certo. Os pusilânimes encontraram um bom motivo para mudar de rumo, os venais descobriram uma ajuda para enfrentar os dez terríveis minutos que precedem o sono, o presidente José Sarney ganhou um mandato de cinco anos e, sobretudo, os ministros mantiveram seus empregos.

A próxima aparição da Junta está prevista para meados de 1989, assim que as urnas da eleição presidencial surgirem no horizonte. E sempre em Brasília.

Afif nega pressão de militares

SERVICÓ LOCAL E AGÊNCIA ESTADO

O deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP) negou que tenha havido pressões militares sobre a Constituinte para a aprovação do presidencialismo. Ontem, em São Paulo, Afif disse que houve uma pressão muito forte por parte do próprio presidente Sarney e seus ministros civis sobre os governantes para que os deputados fossem forçados a votar a favor do presidencialismo.

"Houve ameaça de corte nas verbas para os estados, nunca de retrocesso", garantiu Afif. Em sua opinião, a hipótese de um golpe preparado por militares na verdade não passa de "uma fantasia romântica dos que sonham com isso e, por outro lado, dos que se equivocaram".

Apesar de se dizer parlamentarista, o próprio Afif votou no presidencialismo, por entender que o contrário seria "golpe contra a vontade popular". Em sua opinião, é preciso mais amadurecimento para se chegar ao parlamentarismo, que seria "o regime ideal de governo".

Para Afif, a causa da divisão que está se configurando no PMDB é a falta de espaço dos que começaram a abandoná-lo e não do resultado da votação do regime. "E o que aconteceu em Minas, onde o grupo que saiu seria derrotado nas convenções que se realizam amanhã (hoje) e que também irá se repetir em vários municípios de São Paulo em outras cidades do País". Afif advertiu, porém, que o PL nunca aceitará "por não ser um partido de transfugas". Mesmo assim, admitiu que "a porta está aberta" para os que quiserem se aproximar de seu partido, desde que se adaptem às suas exigências.

Embora defenda mandato de quatro anos para Sarney, Afif acredita que sua emenda, propondo eleições gerais em novembro deste ano, dificilmente será aprovada: "Ninguém, por iniciativa própria, corta o galho sobre o qual construiu seu ninho e o de sua família".

BRIZOLA

O candidato à sucessão presidencial pelo PDT, Leonel Brizola, disse ontem em Porto Alegre que nada impede que a criatividade do brasileiro leve a uma solução intermediária para o período de mandato de Sarney, até mesmo os quatro anos e meio. Para ele, qualquer alternativa é válida na busca de uma solução "pacífica, democrática e civilizada", que evite que Sarney "precise deixar o Palácio numa madrugada".

Reafirmando sua posição em favor de eleições presidenciais em 1988, Brizola declarou que os constituintes "têm a obrigação de se comportarem em consonância com a opinião da maioria da Nação", fixando o mandato de Sarney em quatro anos.

Brizola frisou que o atual governo "está eufarado, não tem mais credibilidade e a Nação quer que ele saia". Além disso, disse não concordar com as afirmações de que Sarney foi o grande vencedor na batalha da Constituinte: "Pode ter sido uma vitória de Pirro; se ele tiver que enfrentar mais uma batalha como essa, poderá ficar sem soldados".

O ex-governador do Rio considerou "uma invenção" as informações de que haveria golpe militar se a Constituinte tivesse fixado em quatro anos os mandatos presidenciais: "Isso partiu do pessoal do PMDB que queria, ele sim, dar o golpe implantando o parlamentarismo".

Sobre as manifestações dos ministros militares em favor do presidencialismo nos dias anteriores à votação, Brizola afirmou que eles, ao expressar suas posições, não estão necessariamente traduzindo "a vontade da maioria de suas forças". De qualquer forma, aconselhou os ministros militares a terem uma "relativa discrição" em suas manifestações, invocando o exemplo da França, país no qual as Forças Armadas são conhecidas como o "grande mudo".

A semana que começou parlamentarista

RIVALDO CHINEM
Enviado especial

Às vésperas da comemoração do centenário da República, quando passou a vigorar o sistema presidencialista, a decisão de mudar o sistema de governo no País poderia dar-se nesta semana. Mas não mudou. A decisão esteve nas mãos de 559 constituintes, e foi tomada em votação de todos eles em plenário. Presença surpreendente, tanto pelo quórum nunca visto, nem mesmo na instalação da Constituinte, quanto pelo resultado. O Congresso dormiu parlamentarista e acordou presidencialista.

Na quinta-feira, dia 17, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, parlamentarista por convicção mas presidencialista para efeito de imagem, reuniu os presidentes dos partidos — PTB, Paiva Muniz, PDS, Jarbas Passarinho; PMDB, Ulysses Guimarães; e PFL, Marco Maciel, para anunciar: "O presidente está permeável ao entendimento. Esse entendimento deságua no parlamentarismo com cinco anos". A partir daí, pediu aos interlocutores que sondassem suas bases, porque

haveria, acreditava Brossard, clima para um grande acordo.

Um debate que seria coordenado pelo jornalista Murilo Mello Filho em rede nacional pela TV Manchete reuniria o senador Nelson Carneiro (parlamentarista) e Jarbas Passarinho (presidencialista). Coube ao senador do Pará procurar o jornalista e argumentar com ele: "Como estou inclinado a votar pelo parlamentarismo com cinco anos, acho melhor não fazermos o programa. E tem outra coisa, meu caro Murilo, não posso fazer o programa se na terça vou votar no parlamentarismo". O debate foi cancelado. Passarinho foi buscar entendimento.

A idéia que vigorou, a partir do Palácio do Planalto, foi que era preciso "pacificar a Nação". Porque, se desse quatro anos, haveria "tumulto".

No sábado, 19, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), estava no mesmo carro do presidente da Constituinte, e a certa altura das ruas compridas e pouco movimentadas de Brasília, virou-se para Ulysses Guimarães e sugeriu: "Ulysses,

que tal passarmos na casa do general Ivan?" Foram à residência do ministro-chefe do SNI, na Península dos Ministros, e entraram pela porta da frente. A conversa foi amena, cordial, e pouco se sabe do seu conteúdo a partir dos três interlocutores. Não houve almoço, porque Bernardo e Ulysses acabaram almoçando na casa do relator da Sistematização, por volta das 15 horas. Ambos confirmaram apenas não haver assumido compromisso algum com o general-chefe do SNI: "Sentamos para buscar uma conciliação", disse Cabral.

Acontece que o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (PMDB/SP), queria os quatro anos a todo custo. Foi intransigente. Com ele, os maiores líderes do PMDB, todos parlamentaristas. O general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, tinha dito ao deputado José Geraldo (PMDB/MG) que a tendência pelo parlamentarismo com cinco anos era irreversível, mas depois desmentiu em nota nos jornais. O presidente José Sarney tinha viajado naquele fim de semana, para uma ilha particular do empreiteiro Sebastião

Camargo, dono da Camargo Correa, e teve informações de que a tendência na Constituinte era pelo parlamentarismo com cinco anos. Voltou rapidamente no sábado e foi advertido de que não haveria composição. O "acordão" não sairia. "Presidente, os constituintes vão votar na marra", disseram os ministros Antônio Carlos Magalhães e Leônidas Pires. "O que vou fazer, meu Deus?", desesperou-se o presidente.

Os governadores dos estados passaram a ser acionados. Os ministros de estado influenciariam também. Porque a crença era de que o parlamentarismo venceria ainda que por pequena margem, de 20 votos. O presidente José Sarney estava seguro disso, pelas informações que obteve de seus ministros mais próximos.

No domingo pela manhã, o presidente Sarney disparou seu torpedão com força total, observou um ministro, pois o general Leônidas Pires Gonçalves tinha lhe dito que havia mudado 40 votos. No Congresso o presidente da Constituinte se comportava de outra maneira. Em nenhum momento pediu a alguém que mudasse o voto. Nos ouvidos do re-

lator Bernardo Cabral confidenciou: "Sou presidencialista por convicção, e a mim seria mais interessante o parlamentarismo, mas estou disposto a qualquer entendimento com a Nação". Mas o cargo de primeiro-ministro não interessava unicamente ao doutor Ulysses. O senador José Richa também vislumbrava a possibilidade de vir a ocupar a cadeira do primeiro-ministro, ou a de chefe da Casa Civil, conforme circulavam listas engordadas com outros nomes pelo Congresso. Sandra Cavalcanti iria para o Ministério da Educação, Fernando Henrique para o das Relações Exteriores, o assessor de Ulysses, Miguel Reale Junior, para a Justiça. Sobraria alguma coisa para Bernardo Cabral e José Fogaça. Mais: PC do B e PCB ficariam com o segundo escalão. A lista circulou com muita rapidez pela Câmara, e em plenário ela chegou a ser multiplicada por deputados. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), por exemplo, conta que reproduziu pessoalmente na máquina xerox, em alguns gabinetes, inúmeras dessas listas. O sonho do futuro gabinete acabou no placar da Constituinte: 344 x 212 (e 3 abstenções).